



AS PESSOAS TRANS E SEUS ITINERÁRIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): EM BUSCA DO DIREITO DE (RE)EXISTIR

Dalyla Pasquetti¹, Jonatan Pellenz², Sofia Belfort Bomfim³, Felipe Ongaratto⁴, Cláudio Claudino da Silva Filho⁵

1 Introdução

A sociedade vem sendo construída e constituída por preceitos dicotômicos de gênero e do ser feminino e masculino, o que repercute em um modelo hierárquico e conservador que perpetua relações desiguais e vulnerabilidades que influenciam nas relações sociais e na saúde individual e coletiva (GOMES et al, 2018). Esta relação de poder faz com que grupos que fogem dos padrões de “normalidade” se tornem alvo de estigmas e exclusão social, invisibilizando essas pessoas nos diversos cenários sociais, assim como ocorre com a população trans (SILVA, 2017). Os cursos de graduação na área da saúde, nas universidades públicas, pensadas para serem plurais e democráticas, sustentadas por pilares igualmente relevantes para uma educação crítico-reflexiva e criativa (Ensino/ Pesquisa/ Extensão / Cultura), oportunizam o engajamento científico-social com pautas como populações vulneráveis, tais como a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Transexuais/Travestis, *Queer*, Intersexo, Assexuais, e outras possibilidades de orientação sexual e identidade de gênero (LGBTQIA+).

2 Objetivos

O objetivo geral é analisar o cuidado à saúde das pessoas trans no Sistema Único de Saúde (SUS) em Chapecó- SC e Região, entrelaçando seus itinerários de vida, formativos e de cuidado em busca do Direito de (re)existir. Já os objetivos específicos são: realizar uma

1 Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó, Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa em Educação Popular e Formação em Saúde e Enfermagem (EDUFES), contato: pasquetti97@hotmail.com

2 Acadêmico do Curso de Graduação em Enfermagem, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó, contato: gabimenissa@gmail.com

3 Acadêmica do Curso de Graduação em Medicina, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó, contato: sofia.belfort.b@gmail.com

4 Acadêmico do Curso de Graduação em Medicina, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó, contato: felipeongarato@gmail.com

5 Doutor em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC-2017), Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia (UFBA-2012), Especialista em Preceptoría no Sistema Único de Saúde pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP) do Hospital Sírio Libanês (2017), Bacharel em Enfermagem pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF-2008). Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó-SC, dos cursos de Enfermagem e Pedagogia, Coordenador Adjunto do Curso de Graduação em Enfermagem e Vice-Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFFS). Contato: claudio.filho@uffs.edu.br



revisão integrativa de literatura para analisar como as evidências nacionais e internacionais descrevem o cuidado à saúde das pessoas trans no Brasil e no mundo; identificar os desafios que a população trans enfrenta para garantia do Direito humano à saúde; e elencar os saberes e práticas de profissionais de saúde, sobre identidade de gênero, orientação sexual, e as pessoas trans no contexto da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

3 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e exploratória. Os participantes foram 15 profissionais de saúde dos diversos serviços que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) em Chapecó, Santa Catarina. Para coleta de dados (realizada entre outubro de 2019 a agosto de 2020), utilizou-se a entrevista em profundidade *online* síncrona, por intermédio de aplicativos de videoconferência de escolha do/a participante, guiado por um roteiro semiestruturado contendo questões norteadoras e flexíveis. Os/as participantes foram acionados após autorização e intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Chapecó-SC (SESAU), e do Hospital Regional do Oeste (HRO), serviço vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina. A análise dos dados qualitativos foi baseada na análise categorial temática proposta por Laurence Bardin.

Respeitaram-se as premissas éticas e legais para pesquisa envolvendo seres humanos, baseando-se nas Resoluções 466/2012, e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, sobretudo nesta última pela proximidade dessa metodologia com as especificidades éticas das Ciências Sociais e Humanas em Saúde (BRASIL, 2016). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), mediante registro na Plataforma Brasil e no Sistema CEP/CONEP pelo CAAE nº 19369019.8.0000.5564, e Parecer consubstanciado de aprovação nº 3.547.323.

Na etapa de revisão integrativa de literatura, vislumbrou-se qual a produção científica nacional sobre a relação entre saúde e pessoas trans na perspectiva da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, do Ministério da Saúde, entre os anos 2008 a 2018. Os descritores selecionados foram “transgender” e “health”, provenientes do MeSH, e “transgênero”, “transexual”, “identidade de gênero” e “trans”, com intersecção com os descritores formais no DECS/BVS: Sistema Único de Saúde, saúde, Políticas de saúde e políticas públicas, mediante o uso dos operadores booleanos AND e OR.



As bases de dados e artigos selecionados foram 14 na LILACS, 58 na BVS, e 145 na PUBMED.

4 Resultados e discussão

Os estudos apontam que as pessoas trans continuam sendo um grupo de elevadas vulnerabilidades em relação ao restante da comunidade LGBTQIA+. As metodologias demonstram que as pessoas trans são estudadas ainda majoritariamente a partir de “olhares externos”, como pela perspectiva (unidirecional) de profissionais de saúde. Os estudos sinalizam, ainda, que os princípios do SUS continuam não sendo garantidos à esta população, sobretudo a universalidade (ao negligenciarem a distância desta população dos serviços de saúde), a integralidade (ao demonstrarem que os/as profissionais de saúde continuam enxergando, conscientemente ou não, as pessoas trans como “iatrogenias”, profissionais do sexo, e/ou Infecções Sexualmente Transmissíveis em potencial) e a equidade (ao passo em que ainda questiona-se a legitimidade e necessidade da Política de Saúde direcionada às especificidades deste público). Os resultados da revisão de literatura puderam ancorar e aperfeiçoar a etapa seguinte de coleta de dados em campo.

Já na etapa de campo, as entrevistas com profissionais de saúde demonstraram que o universo da comunidade LGBTQIA+ e das pessoas trans, como na população de um modo geral, continua muito envolto em rótulos e estereótipos socialmente construídos, e que muitas vezes inconscientemente, também em preconceitos que podem ser geradores (involuntários?) de discriminações em saúde. Os achados sinalizam que os/as profissionais de saúde, como parte da sociedade brasileira, construíram-se e constituíram-se reproduzindo, conscientemente ou não, preceitos dicotômicos de gênero, definindo o ser feminino e masculino, não podendo transpassar tais fronteiras. Ao não pertencer no padrão cisgênero heteronormativo, a comunidade LGBTQIA+ sofre opressões e discriminações desde seu (re)conhecimento perante a sociedade. Diante disso, essa comunidade é exposta à dificuldades e vulnerabilidades sociais, colocando “o sujeito à mercê de direitos básicos para sua cidadania.” (SILVA, 2017, p.23) Uma comunidade oprimida e invisibilizada apresenta demandas e necessidades específicas, principalmente relacionadas à saúde, quando ocorre um distanciamento dessa população dos centros de saúde, causado pelo desconhecimento dos profissionais. Diante disso, a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais “é um divisor de águas para as políticas públicas de saúde no Brasil e um marco histórico de reconhecimento das demandas desta



população em condição de vulnerabilidade.” (BRASIL, 2013, p.6). Os/as participantes convergem com a necessidade de uma formação profissional em saúde pautada pela lógica da promoção da saúde e humanização, sendo aspectos almejados também pela comunidade trans, uma vez que isto viabiliza uma comunicação efetiva, respeitando a diversidade, reduzindo obstáculos para o acesso à saúde. (ROCON et al, 2018).

5 Conclusão

Compreende-se que refletir sobre esse tema – saúde de população trans - permite aos/às profissionais o desenvolvimento de conscientização e sensibilidade para a efetividade do cuidado integral e plural, refletindo em uma atenção integral e humanizada à saúde. Compreender o contexto ambiental, social e cultural de um indivíduo, sem a miopia dos julgamentos morais, proporciona um melhor vínculo e uma relação empática e de confiança entre profissional-paciente, que pode contribuir para efetivar os princípios do SUS, respeitando a singularidade de cada um(uma).

Referências

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. Reimp. Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. **Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016**.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GOMES, Romeu et al . Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 6, p. 1997-2006, June 2018.

ROCON, Pablo Cardozo et al . **O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?**. Interface (Botucatu), Botucatu , v. 22, n. 64, p. 43-53, Mar. 2018.

SILVA, Lucas Guerra da. **Empoderamento de Lideranças e Ativistas LGBT para Controle Social no SUS**. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2017.

Palavras-chave: Identidade de gênero; Orientação sexual; Equidade; Sistema Único de Saúde; Pessoas transgênero.

Financiamento

Recurso e Bolsa de Iniciação Científica por doze meses do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica fomentado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG) da UFFS pelo Edital 1010/GR/UFFS/2018, para o Subprojeto intitulado “As pessoas trans e seus itinerários no Sistema Único de saúde (SUS): em busca do direito de (re)existir”, Novembro de 2018 a Outubro de 2019.